

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório da Diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações de fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Diretoria

Prezados senhores:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei nº 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil.

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (“Banco DLL”) fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de “Vendor Finance”.

No decorrer do exercício de 2014, o Banco DLL empregou esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito, em sua maioria com recursos oriundos dos programas do BNDES, no montante total de R\$ 1.094 milhões. Adicionalmente, atuou no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas usados e concedeu também, empréstimos para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas, no montante de R\$ 476 milhões.

No exercício de 2014, o Banco DLL renegociou as dívidas agrícolas atendendo as resoluções 4.188 de 28 de fevereiro 2013, 4.220 de 05 de junho de 2013 e 4.289 de 22 de novembro de 2013. Foram concedidos novos prazos de vencimentos que procurou auxiliar os produtores que sofreram perdas em municípios em calamidade.

Alinhado ao desenvolvimento do país e em linha com a estratégia de crescimento e de diversificação de produtos, o Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - “Construction, transportation & Industrial”, Equipamentos de Informática e Softwares- “Office & Technology” e Equipamentos Médico-Hospitalares - “Health Care”, atingindo um volume total de liberação de crédito total de cerca de R\$ 130 milhões.

Porto Alegre, 20 de março de 2015.

A Diretoria,



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria do
Banco De Lage Landen Brasil S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3f. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014 e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 20 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	<u>2.192.254</u>	<u>1.943.743</u>	Circulante	<u>1.683.642</u>	<u>1.707.115</u>
Disponibilidades	<u>443</u>	<u>1.177</u>	Obrigações por empréstimos (Nota 8)	<u>133.861</u>	<u>51.984</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	<u>547.075</u>	<u>284.675</u>	Empréstimos no País - outras instituições	160	51.984
Aplicações no mercado aberto	416.837	179.022	Empréstimos no exterior	133.701	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	130.238	105.653	Obrigações por repasse do país - instituições oficiais (Nota 10)	<u>1.329.943</u>	<u>1.303.297</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	<u>3.464</u>	<u>16.657</u>	FINAME/BNDES	1.329.943	1.303.297
Instrumentos financeiros derivativos	3.464	16.657	Obrigações por repasse do exterior (Nota 9)	<u>-</u>	<u>121.288</u>
Relações interfinanceiras	<u>5.591</u>	<u>9.676</u>	Repasse do exterior	-	121.288
Correspondentes no país	5.591	9.676	Outras obrigações	<u>219.838</u>	<u>230.546</u>
Operações de crédito (Nota 6)	<u>1.540.369</u>	<u>1.577.346</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	118	54
Setor privado	1.656.178	1.710.473	Fiscais e previdenciárias (Nota 11a)	29.278	36.262
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(115.809)	(133.127)	Diversas (Nota 11b)	190.442	194.230
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	<u>(15.436)</u>	<u>(10.214)</u>	Exigível a longo prazo	<u>3.181.681</u>	<u>3.490.431</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	139.541	198.450	Obrigações por empréstimos (Nota 8)	<u>314</u>	<u>415</u>
Rendas de arrendamentos a apropriar - setor privado	(138.003)	(197.052)	Empréstimos no País - outras instituições	314	415
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(16.974)	(11.612)	Obrigações por repasse do país - instituição oficiais (Nota 10)	<u>3.068.397</u>	<u>3.310.945</u>
Outros créditos	<u>108.212</u>	<u>59.839</u>	FINAME/BNDES	3.068.397	3.310.945
Créditos por avais e fianças honradas (Nota 6)	2.988	2.501	Outras obrigações	<u>112.970</u>	<u>179.071</u>
Rendas a receber	6.050	1.830	Fiscais e previdenciárias (Nota 11a)	25.981	46.021
Créditos tributários (Nota 12)	78.768	42.838	Diversas (Nota 11b)	86.989	133.050
Diversos (Nota 7)	23.374	15.084	Resultados de exercícios futuros (Nota 14)	<u>4.434</u>	<u>8.282</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.968)	(2.414)	Resultados de exercícios futuros	4.434	8.282
Outros valores e bens	<u>2.536</u>	<u>4.587</u>	Patrimônio líquido (Nota 15)	<u>807.299</u>	<u>727.733</u>
Outros valores e bens	5.975	8.303	Capital:		
Provisão para desvalorização	(3.640)	(3.910)	De domiciliados no país	456.752	456.752
Despesas antecipadas	201	194	De domiciliados no exterior	15	15
Realizável a longo prazo	<u>3.073.435</u>	<u>3.384.338</u>	Reserva de lucros	350.532	270.966
Operações de crédito (Nota 6)	<u>2.976.974</u>	<u>3.185.487</u>			
Setor privado	3.079.537	3.313.832			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(102.563)	(128.345)			
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	<u>(7.198)</u>	<u>(3.562)</u>			
Arrendamentos a receber - setor privado	115.270	164.714			
Rendas de arrendamentos a apropriar - setor privado	(114.000)	(163.553)			
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(8.468)	(4.723)			
Outros créditos	<u>103.659</u>	<u>202.413</u>			
Créditos tributários (Nota 12)	103.659	202.413			
Permanente	<u>411.367</u>	<u>605.480</u>			
Investimentos	<u>36</u>	<u>36</u>			
Outros investimentos	36	36			
Imobilizado de uso	<u>5.471</u>	<u>3.958</u>			
Outras imobilizações de uso	11.074	8.836			
Depreciação acumulada	(5.603)	(4.878)			
Imobilizado de arrendamento (Nota 6)	<u>405.860</u>	<u>601.483</u>			
Bens arrendados	534.401	655.768			
Superveniência de depreciação	196.937	231.723			
Depreciação acumulada	(325.478)	(286.008)			
Diferido	<u>-</u>	<u>3</u>			
Gastos de organização e expansão	2.328	2.328			
Amortização acumulada	(2.328)	(2.325)			
Total do ativo	<u>5.677.056</u>	<u>5.933.561</u>	Total do passivo	<u>5.677.056</u>	<u>5.933.561</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	<u>411.054</u>	<u>750.696</u>	<u>598.341</u>
Operações de crédito	142.538	287.612	318.525
Operações de arrendamento mercantil	217.444	408.578	250.709
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.120	47.671	24.849
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21.952	6.835	4.258
Despesas da intermediação financeira	<u>(295.589)</u>	<u>(495.505)</u>	<u>(445.429)</u>
Operações de captação no mercado	-	(1)	(15.259)
Operações de empréstimos e repasses	(69.708)	(101.637)	(124.988)
Operações de arrendamento mercantil	(196.076)	(366.982)	(197.764)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.805)	(26.885)	(107.418)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>115.465</u>	<u>255.191</u>	<u>152.912</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais	<u>(44.867)</u>	<u>(111.844)</u>	<u>(14.135)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 16)	51.914	86.150	121.381
Receitas de tarifas bancárias	65	144	335
Despesas de pessoal (Nota 17)	(26.150)	(53.385)	(51.177)
Outras despesas administrativas (Nota 18)	(44.354)	(110.029)	(58.985)
Despesas tributárias (Nota 24a)	(12.213)	(27.721)	(31.168)
Outras receitas operacionais (Nota 19)	7.475	20.650	20.062
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(21.604)	(27.653)	(14.583)
Resultado operacional	<u>70.598</u>	<u>143.347</u>	<u>138.777</u>
Resultado não operacional	<u>157</u>	<u>85</u>	<u>(1.119)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>70.755</u>	<u>143.432</u>	<u>137.658</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	<u>(32.051)</u>	<u>(60.222)</u>	<u>(52.134)</u>
Provisão para imposto de renda	4.249	(6.095)	(17.335)
Provisão para contribuição social	8.243	-	(24.706)
Ativo fiscal diferido	(44.543)	(54.127)	(10.093)
Participação no lucro	<u>(2.071)</u>	<u>(3.644)</u>	<u>(3.872)</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>36.633</u>	<u>79.566</u>	<u>81.652</u>
Juros sobre capital próprio	-	-	(2.000)
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	<u>456.767</u>	<u>456.767</u>	<u>456.767</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,08</u>	<u>0,17</u>	<u>0,18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>376.206</u>	<u>11.982</u>	<u>179.332</u>	-	<u>567.520</u>
Aumento de Capital	80.561	-	-	-	80.561
Lucro líquido do exercício	-	-	-	81.652	81.652
Destinação:					
Reserva legal	-	3.982	-	(3.982)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Reserva estatutária	-	-	75.670	(75.670)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>456.767</u>	<u>15.964</u>	<u>255.002</u>	-	<u>727.733</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	79.566	79.566
Destinação:					
Reserva legal	-	3.978	-	(3.978)	-
Reserva estatutária	-	-	75.588	(75.588)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>456.767</u>	<u>19.942</u>	<u>330.590</u>	-	<u>807.299</u>
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>456.767</u>	<u>18.111</u>	<u>295.788</u>	-	<u>770.666</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	36.633	36.633
Destinação:					
Reserva legal	-	1.831	-	(1.831)	-
Reserva estatutária	-	-	34.802	(34.802)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>456.767</u>	<u>19.942</u>	<u>330.590</u>	-	<u>807.299</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações de fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	91.947	175.213	245.044
Lucro líquido	36.633	79.566	81.652
Ajustes ao lucro líquido			
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	29.805	26.885	107.418
Depreciações e amortizações	871	1.722	1.224
Provisão para passivos contingentes	14.696	13.738	5.755
Variação créditos tributários	44.543	54.127	10.093
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(21.952)	(6.835)	(4.258)
Resultado não operacional	(157)	(85)	1.119
Resultado de impostos de renda e contribuição social correntes	(12.492)	6.095	42.041
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	174.197	392.091	(218.520)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(7.060)	(24.584)	-
Redução em aplicações interfinanceiras	-	-	179.268
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	4.995	4.085	(301)
(Aumento)/redução em operações de crédito	79.092	237.871	(457.742)
Aquisição de bens de operações de arrendamento mercantil	117.193	195.374	57.351
(Aumento)/redução em rendas a receber	(3.549)	(4.220)	139
(Aumento)/redução em outros ativos	(16.474)	(16.435)	2.765
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(191.690)	(359.516)	188.861
(Redução) em depósitos interfinanceiros	-	-	(263.980)
Aumento/(redução) em empréstimos e repasses	(135.439)	(267.828)	488.170
Aumento/(redução) em outras obrigações	(44.154)	(46.075)	20.936
Contingências utilizadas	(302)	(1.352)	(3.909)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.461)	(40.412)	(49.354)
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(1.334)	(3.849)	(3.002)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	74.454	207.788	215.385
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(398)	(3.673)	(2.384)
Baixa de imobilizado de uso	320	525	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(78)	(3.148)	(2.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Valor recebido na liquidação de derivativos	1.884	20.028	7.690
Aumento de capital	-	-	80.561
Juros sobre o capital próprio	-	-	(2.000)
(Redução) na dívida subordinada	-	-	(32.454)
(Redução)/aumento nos empréstimos do exterior	25.869	12.413	(88.011)
Caixa líquido proveniente das/(usado nas) atividades de financiamento	27.753	32.441	(34.214)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	102.129	237.081	178.787
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 22)			
No início do semestre/exercício	315.151	180.199	1.412
No fim do semestre/exercício	417.280	417.280	180.199
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	102.129	237.081	178.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 06 de março de 2002 e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembléia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 03 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002.

O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente, o Banco atua no segmento de "Office & Technology", direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, no segmento de "Health Care", que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de "Construction, Transportation and Industrial", englobando as atividades de "Machine Tools" e "Materials Handling & Constructions", que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico e no segmento de "Financial & Mobility Solutions" que visa oferecer produtos de leasing ao Banco Rabobank e bancos parceiros.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei n.º 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, dentro daquilo que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 20 de março de 2015, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração de resultados

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular n.º 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo o seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

Seguindo o disposto na Circular n.º 3.150 de 11 de setembro de 2002, do BACEN, as operações com instrumentos financeiros derivativos registradas em 31 de dezembro de 2014 não são marcadas pela curva de mercado, pois foram contratadas com o mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação de captação e não podem ser negociadas antecipadamente ou liquidadas em separado da operação associada.

As operações com instrumentos financeiros derivativos registradas em 31 de dezembro de 2013 são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado sendo que o ajuste é contabilizado em contas de receitas ou despesas, no resultado do período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro 2013 corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como, as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nesses casos os juros param de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito.

As análises para concessão de acordos são feitas de forma individual e levam em consideração o saldo devedor, quantidade de parcelas, condições de solvabilidade do cliente e disposição dos clientes em efetuar a regularização de sua situação, para poder ter acesso a novos créditos.

e. Avais e fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui provisão, baseada em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

f. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica “valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a conta de “valores residuais a balancear”, no grupo de operações de arrendamento mercantil.

O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificados em Imobilizado de Arrendamento.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais.

A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou de 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas de operações de arrendamento mercantil que apresentem atraso igual ou superior 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Caso as operações de arrendamento mercantil tivessem sido apresentadas nas rubricas de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de arrendamento mercantil, os saldos seriam apresentados como segue:

	2014		
	Saldos nas demonstrações financeiras	Reclassificações	Saldos reclassificados
Operações de arrendamento a receber	2.808	213.567	216.375
Ativo circulante	1.538	116.954	118.492
Ativo realizável a longo prazo	1.270	96.613	97.883
Imobilizado de arrendamento (2)	405.860	(405.860)	-
Outras obrigações - Diversas			
Credores por antecipação do valor residual (1)	192.293	(192.293)	-
Passivo circulante	105.304	(105.304)	-
Passivo exigível a longo prazo	86.989	(86.989)	-
Receitas de operações de arrendamento mercantil	408.578	(366.982)	41.596
Despesas de operações de arrendamento mercantil	<u>(366.982)</u>	<u>366.982</u>	<u>-</u>

(1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.

(2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 4.852 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 405.860.

2013

	Saldos nas demonstrações financeiras	Reclassificações	Saldos reclassificados
Operações de arrendamento a receber	2.559	308.131	310.690
Ativo circulante	1.398	168.378	169.776
Ativo realizável a longo prazo	1.161	139.753	140.914
Imobilizado de arrendamento (2)	601.483	(601.483)	-
Outras obrigações - Diversas			
Credores por antecipação do valor residual (1)	293.351	(293.351)	-
Passivo circulante	147.414	(147.414)	-
Passivo exigível a longo prazo	145.938	(145.938)	-
Receitas de operações de arrendamento mercantil	250.709	(197.764)	52.975
Despesas de operações de arrendamento mercantil	<u>(197.764)</u>	<u>197.764</u>	<u>-</u>

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.
- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 1.815 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 601.483.

g. Ativo permanente

O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 e nº 113/86 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas de acordo com a vida útil do bem conforme legislação fiscal, e aceleradas em 30%, quando aplicável. Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a regulamentação do BACEN, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento é calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante é registrado na conta de insuficiência/superveniência de depreciação acumulada.

O ativo diferido está representado por gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo amortizado de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel. Conforme determina a legislação vigente, o saldo dos ativos diferidos será mantido até a sua total amortização e as novas aquisições serão registradas em contas de ativo intangível ou do imobilizado de uso.

h. Redução a valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, diferido e bens não de uso tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido e ajustadas conforme legislação fiscal.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- (ii) Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(i) *Ativos e passivos contingentes*

Ativos contingentes

São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2014.

Passivos contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência do Banco. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização freqüente.

São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável em que o “valor do risco de perda” pode ser determinado ou estimado de forma confiável.

(ii) *Obrigações legais*

Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração.

k. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de originação sejam iguais ou inferiores a 90 dias.

l. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

m. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

n. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a composição da carteira está demonstrada como segue:

	2014	2013
	Venc. até 3 meses	Venc. até 3 meses
Aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	416.837	179.022
Aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Certificados de depósitos interfinanceiros	<u>130.238</u>	<u>105.653</u>
Total	<u>547.075</u>	<u>284.675</u>

5 Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por operações de swap, as quais são utilizadas principalmente para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos.

As operações são registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de compensação, e valores de mercado, em contas patrimoniais na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos".

	2014				2013
	Valor de referência	Venc.até 3 meses	Valor de mercado	Valor da curva	Valor de mercado
<i>Swaps</i>					
Dólar x CDI	89.865	-	-	-	15.329
Dólar x CDI	50.000	-	-	-	1.328
Dólar x CDI	118.850	<u>3.464</u>	<u>3.464</u>	<u>3.464</u>	-
Total		<u>3.464</u>	<u>3.464</u>	<u>3.464</u>	<u>16.657</u>

6 Operações de crédito e arrendamento mercantil

a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2014	2013
Empréstimos	90.966	146.369
Financiamentos	426.515	575.277
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.218.234	4.302.660
Arrendamento mercantil (1)	216.375	310.690
Avais e fianças honrados (vide Nota 24.b)	2.988	2.501
Títulos e créditos a receber (2)	<u>600</u>	<u>10.692</u>
Subtotal	4.955.678	5.348.189
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(246.782)</u>	<u>(280.221)</u>
Total	<u>4.708.896</u>	<u>5.067.968</u>

(1) Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.f).

(2) Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrado na rubrica de outros créditos diversos (vide Nota 7).

b. Composição da carteira por tipo de cliente

	2014		2013	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	3.940.461	(181.738)	4.042.996	(215.977)
Pessoa jurídica	<u>1.015.217</u>	<u>(65.044)</u>	<u>1.305.193</u>	<u>(64.244)</u>
Total	<u>4.955.678</u>	<u>(246.782)</u>	<u>5.348.189</u>	<u>(280.221)</u>

c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	2014	2013
Setor privado		
Rural	4.312.189	4.453.183
Outros Serviços	<u>643.489</u>	<u>895.006</u>
Total	<u>4.955.678</u>	<u>5.348.189</u>

d. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2014			2013		
	Valor	Carteira	Patrimônio líquido ref.	Valor	Carteira	Patrimônio líquido ref.
Maior	27.355	0,55%	3,99%	29.045	0,54%	3,99%
10 maiores seguintes	152.353	3,07%	23,03%	167.620	3,13%	23,03%
20 maiores seguintes	123.096	2,48%	17,55%	127.720	2,39%	17,55%
Demais	<u>4.652.874</u>	<u>93,90%</u>		<u>5.023.804</u>	<u>93,94%</u>	
Total	<u>4.955.678</u>	<u>100,00%</u>		<u>5.348.189</u>	<u>100,00%</u>	

e. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Provisão mínima(Res. nº 2.682/99)		
			Total	%	Valor
AA	-	-	-	0%	-
A	3.630.722	23.718	3.654.440	0,50%	(18.272)
B	352.066	52.711	404.777	1,00%	(4.048)
C	424.238	59.694	483.932	3,00%	(14.518)
D	132.835	32.834	165.669	10,00%	(16.567)
E	12.373	24.240	36.613	30,00%	(10.984)
F	9.422	37.934	47.356	50,00%	(23.678)
G	3.417	10.503	13.920	70,00%	(9.744)
H	<u>72.256</u>	<u>76.715</u>	<u>148.971</u>	<u>100,00%</u>	<u>(148.971)</u>
Total	<u>4.637.329</u>	<u>318.349</u>	<u>4.955.678</u>		<u>(246.782)</u>

Nível de risco	Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Provisão mínima(Res. nº 2.682/99)		
			Total	%	Valor
AA	-	-	-	0%	-
A	3.759.810	43.525	3.803.335	0,50%	(19.017)
B	390.562	65.294	455.856	1,00%	(4.559)
C	539.492	64.307	603.799	3,00%	(18.114)
D	149.631	83.288	232.919	10,00%	(23.292)
E	7.643	15.591	23.234	30,00%	(6.970)
F	9.692	21.088	30.780	50,00%	(15.390)
G	5.507	12.446	17.953	70,00%	(12.566)
H	<u>74.995</u>	<u>105.318</u>	<u>180.313</u>	<u>100,00%</u>	<u>(180.313)</u>
Total	<u>4.937.332</u>	<u>410.857</u>	<u>5.348.189</u>		<u>(280.221)</u>

A Instituição tem como política não classificar operações de crédito com nível de risco “AA”.

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial no período	245.265	280.221	259.569
Constituições/reversões	29.805	26.885	107.418
Constituição por conta de reclassificação de operações anteriormente lançadas a prejuízo (1)	27.706	80.470	64.100
Créditos baixados contra prejuízo	(55.994)	(140.794)	(150.866)
Saldo final no período	246.782	246.782	280.221
Créditos recuperados	31.223	56.034	52.679

- (1) As operações de crédito que já haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação e que foram objeto de renegociação e acordos, foram classificadas nas contas patrimoniais com nível de risco “H”, passando a figurar no balanço patrimonial.

g. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	2014	2013
A vencer		
Até 30 dias	107.193	126.699
De 31 a 60 dias	124.146	143.526
De 61 a 90 dias	147.517	159.672
De 91 a 180 dias	474.918	493.197
De 181 a 360 dias	836.223	874.839
Subtotal	1.689.997	1.797.933
Acima de 360 dias	3.179.095	3.455.360
Total	4.869.092	5.253.293
	2014	2013
Vencidas		
Até 30 dias	30.691	30.793
De 31 a 60 dias	13755	12.816
De 61 a 90 dias	9.470	9.459
De 91 a 180 dias	16.022	17.327
De 181 a 540 dias	16.648	24.501
Total	86.586	94.896
Total geral	4.955.678	5.348.189

h. Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas, alienações fiduciárias, carta fiança, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário.

i. Renegociações e prorrogações

O Banco no decorrer normal das operações continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes.

O Banco aplica também as normas introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional-CMN nos termos das resoluções por meio das quais foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas em 2011, 2012 e 2013.

O volume total de créditos renegociados durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 83.634 e R\$ 214.295 respectivamente (R\$ 377.671 e R\$ 641.346 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013 respectivamente).

7 Outros créditos - diversos

	2014	2013
Impostos e contribuição a compensar	17.704	105
Títulos e créditos a receber (1)	600	10.692
Devedores por depósitos em garantia	4.681	3.911
Devedores diversos - País	162	51
Outros	227	325
Total	23.374	15.084

(1) Refere-se a compra de recebíveis com características de concessão de crédito (vide Nota 6.a)

8 Obrigações por empréstimos

a. Empréstimos no País - outras instituição

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a composição da carteira está demonstrada como segue:

Contraparte	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	2014	2013
IBBA	22/11/2013	21/11/2014	2,05% a.a.	-	51.842
Banco Rabobank International Brasil S.A. (1)	09/10/2012	09/10/2017	2,82% a.a.	474	557
Total				474	52.399

(1) Pagamento de juros e principal realizados anualmente.

b. Empréstimos no exterior

Em 31 de dezembro de 2014 está representada por 1 captação no exterior junto ao Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. "Rabobank Nederland" sob a forma de empréstimo

em moeda estrangeira no valor nominal de US\$ 50.000, sobre os quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

Principal (em US\$)	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	2014	2013
50.000	20/02/2014	20/02/2015	0,77% a.a.	<u>133.701</u>	<u>-</u>
Total				<u>133.701</u>	<u>-</u>

9 Obrigações por repasses do exterior

Em 31 de dezembro de 2013 estava representada por 1 captação no exterior junto ao Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. “Rabobank Nederland” sob a forma de empréstimo em moeda estrangeira no valor nominal de US\$ 50.000, sobre os quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

Principal (em US\$)	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	2014	2013
50.000	13/01/2012	07/01/2014	1,78% a.a.	<u>-</u>	<u>121.288</u>
Total				<u>-</u>	<u>121.288</u>

10 Obrigações por repasses do País

Representados por recursos provenientes do BNDES, por meio da sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos até 2024 com incidência de encargos financeiros pré-fixados de 2,50% a 13,95% ao ano e pós-fixados de 3,25% e 4,00% acrescidos de TJLP. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

Finame/BNDES	2014	2013
Vencimento até 3 meses	237.635	230.018
Vencimento de 3 meses a 12 meses	1.092.308	1.073.279
Vencimentos acima de 12 meses	<u>3.068.397</u>	<u>3.310.945</u>
Total	<u>4.398.340</u>	<u>4.614.242</u>

11 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Provisão para contribuição social sobre o lucro (vide nota 12) (1)	-	16.828
Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 12)	49.234	57.931
Impostos e contribuições sobre salários a pagar	2.176	2.400
Provisão para riscos fiscais (vide nota 13)	1.589	1.197
COFINS a pagar	1.171	1.587
ISS s/serviços a pagar	693	1.066
PIS a pagar	190	258
Outros impostos e contribuições	<u>206</u>	<u>1.016</u>
Total	<u>55.259</u>	<u>82.283</u>

(1) Na provisão para contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 24.646 estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R\$ 7.818 restando o valor a pagar de R\$ 16.828.

b. Diversas

	2014	2013
VRG recebido antecipadamente (1)	192.293	293.352
Outros passivos contingentes (2)	2.228	3.485
Provisões para passivos contingentes (vide Nota 13)	20.153	8.159
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	56.769	14.283
Recebimentos de cobrança a processar (4)	1.461	1.571
Outros valores a pagar	4.527	6.430
Total	277.431	327.280

- (1) Refere-se a valores recebidos à título de valor residual garantido (VRG) antecipado das operações de arrendamento mercantil firmadas pelo Banco.
- (2) Refere-se a provisão adicional sobre o contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação (vide Nota 24.b).
- (3) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados e outras despesas administrativas.
- (4) Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo

	2014				2013	
	2º Semestre		Exercício		Exercício	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação sobre o lucro (com exclusão do JCP)	70.755	70.755	143.432	143.432	135.658	135.658
(-) Participações no lucro	(2.071)	(2.071)	(3.644)	(3.644)	(3.872)	(3.872)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	68.684	68.684	139.789	139.789	131.786	131.786
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos						
Diferenças temporárias	(97.254)	(144.443)	(125.866)	(160.652)	(60.060)	31.744
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.494)	(30.494)	(33.439)	(33.439)	107.418	107.418
Operações de crédito transferidas para prejuízo	(135.444)	(135.444)	(164.628)	(164.628)	(65.578)	(65.578)
Rendas a apropriar op. de crédito	(6.446)	(6.446)	(13.126)	(13.126)	(20.485)	(20.485)
Provisão para contingências	13.631	13.631	11.211	11.211	1.199	1.199
Superveniência/Insuficiência de depreciação	47.189	-	34.786	-	(91.804)	-
Outros	16.316	16.316	39.330	39.330	9.190	9.190
Diferenças permanentes	11.195	11.235	11.309	11.291	974	775
Despesas não-dedutíveis	11.195	11.235	11.309	11.291	974	775
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal	(17.374)	(64.523)	25.232	(9.972)	(59.086)	32.519
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(17.374)	(64.523)	25.232	(9.972)	(59.086)	32.519
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente, deduzidos dos incentivos fiscais	4.249	8.243	(6.095)	-	(17.235)	(24.646)
Ajuste de IRPJ e CSLL do ano de 2012 e 2010	-	-	-	-	(100)	(60)
Crédito tributário / passivo fiscal diferido	(24.313)	(20.230)	(31.466)	(22.661)	(15.015)	4.762
Ajuste de IRPJ e CSLL Diferido do ano de 2012	-	-	-	-	100	60
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social	(37.438)	(76.510)	(37.561)	(22.661)	32.250	19.884

b. Movimento dos créditos tributários e passivo diferido

Os créditos tributários no valor de R\$ 182.427 (R\$ 245.251 em 2013) encontram-se classificados na rubrica “Outros créditos”. O passivo diferido no valor de R\$ (49.234) (R\$ (57.931) em 2013) encontra-se classificados na rubrica “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”. Suas movimentações durante o exercício estão apresentadas a seguir:

	Ativo		
	Saldos em	Constituição	Saldos em
	31/12/2013	/ (realização)	31/12/2014
Provisão para devedores duvidosos	112.088	(13.375)	98.713
Operações de crédito transferidas para prejuízo	113.526	(65.851)	47.675
Provisão para contingência	5.137	4.484	9.621
Rendas a apropriar op. de crédito	9.977	(5.251)	4.726
Base de Cálculo da CSLL Negativa	-	1.436	1.436
Outros	4.523	15.733	20.256
	245.251	(62.824)	182.427
Saldo	245.251	(62.824)	182.427
	Passivo		
	Saldos em	Constituição	Saldos em
	31/12/2013	/ (realização)	31/12/2014
Superveniência / insuficiência de depreciação	(57.931)	8.697	(49.234)
Saldo	(57.931)	8.697	(49.234)

c. Estimativas de realização

A Administração do Banco, fundamentado em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de sete anos. O valor presente do crédito tributário está apresentado como segue:

	Valor	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano
Provisão s/operações de crédito	98.713	14.806	14.808	14.807	14.807	14.807	14.807	9.871
Créditos baixados como prejuízo	47.675	37.811	2.074	1.670	1.669	1.669	1.669	1.113
Provisão para contingências	9.621	5.601	4.020	-	-	-	-	-
Rendas a apropriar em atraso	4.726	709	709	708	709	709	709	473
Base Negativa da CSLL	1.436	1.436	-	-	-	-	-	-
Outros	20.256	18.405	1.741	59	51	-	-	-
Subtotal	182.427	78.768	23.352	17.244	17.236	17.185	17.185	11.457
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(49.234)	(23.253)	(14.083)	(7.327)	(4.669)	(126)	135	89
Total	133.193	55.515	9.269	9.917	12.567	17.059	17.320	11.546
Valor Presente	95.985	50.117	7.494	7.138	8.017	9.609	8.585	5.025

Não há créditos tributários não constituídos de qualquer natureza em dezembro de 2014 e 2013.

O valor presente dos créditos tributários foi calculado utilizando a taxa de mercado interbancário.

13 Demandas judiciais

- **Ativos Contingentes:** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- **Passivos Contingentes:** as provisões foram constituídas considerando os critérios descritos na Nota 3.j, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente, com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.
- **Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-funcionário, que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente, a partir do valor do pedido e a probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos, matéria de direito e despesas esperadas relacionadas diretamente ao andamento de cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável.
- **Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionados em sua totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remoto.
- **Processos de Natureza Fiscais e Previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorre de ações conjunta promovida pela Federação de Bancos referentes à majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho e visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas a título de aviso prévio indenizado . Os valores encontram-se integralmente provisionados com base no depósito judicial efetuado e são contabilizados na linha ‘outros impostos e contribuições’ na rubrica ‘Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias’.
- **Pis e Cofins** - Em dezembro de 2014 o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. O processo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual aprecia a questão em recurso com repercussão geral reconhecida.

Natureza	31/12/2014	31/12/2013
Fiscais/previdenciárias	<u>1.589</u>	<u>1.197</u>
Subtotal	<u>1.589</u>	<u>1.197</u>
Cível	3.076	6.105
Trabalhistas	<u>17.077</u>	<u>2.054</u>
Subtotal	<u>20.153</u>	<u>8.159</u>
Total geral	<u>21.742</u>	<u>9.356</u>

Em 31 de dezembro de 2014, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R\$ 2.544 (R\$ 4.286 em 31 de dezembro de 2013).

Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

2014						
Provisão para passivos	31/12/2013	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	31/12/2014
Cíveis	6.105	3.114	-	(5.026)	(1.117)	3.076
Fiscais/previdenciárias	1.197	290	102	-	-	1.589
Trabalhistas	2.054	16.858	446	(2.046)	(235)	17.077
Total	9.356	20.262	548	(7.072)	(1.352)	21.742
2013						
Provisão para passivos	31/12/2012	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	31/12/2013
Cíveis	1.742	7.318	-	(2.812)	(143)	6.105
Fiscais/previdenciárias	1.068	65	64	-	-	1.197
Trabalhistas	4.699	3.600	332	(2.812)	(3.765)	2.054
Total	7.509	10.983	396	(5.624)	(3.908)	9.356

14 Resultados de exercícios futuros

Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

Movimentação das rendas antecipadas

2014				
Rendas Antecipadas	31/12/2013	Entradas	Apropriações	31/12/2014
Arrendamento mercantil	5.438	1.415	(4.662)	2.191
Financiamento	2.845	3.072	(3.674)	2.243
Total	8.283	4.487	(8.336)	4.434
2013				
Rendas Antecipadas	31/12/2012	Entradas	Apropriações	31/12/2013
Arrendamento mercantil	9.385	4.242	(8.189)	5.438
Financiamento	1.899	3.120	(2.175)	2.844
Total	11.284	7.362	(10.364)	8.282

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social, totalmente subscrito, está representado por 456.767.074 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2013 aprovou aumento de capital social em R\$ 80.561 (oitenta milhões e quinhentos e sessenta e um mil), passando o mesmo de R\$ 376.206 (trezentos e setenta e seis milhões, duzentos e seis mil reais) para R\$ 456.767 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais) mediante a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, aprovado pelo BACEN em 04 de julho de 2013, conforme Diário Oficial da União nº 129 seção 3.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

A Administração, em consonância com os poderes que lhes foram conferidos, determinou pela destinação da parcela remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e deduções de prejuízos acumulados, para a Reserva de Lucros - Estatutária, não havendo, portanto, distribuição de dividendos sobre os lucros dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Lucros/prejuízos acumulados

O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 79.566 (R\$ 81.652 em 2013).

O Banco constituiu reserva estatutária, no montante de R\$ 75.588 (R\$ 75.670 em 2013), após as deduções de 5% da reserva legal de R\$ 3.978 (R\$3.982 em 2013), visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco.

e. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

16 Receitas de prestação de serviços

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de prestação serviços-convênio (1)	45.872	75.389	107.932
Rendas de agenciamento de seguros (2)	5.905	9.667	12.058
Outras rendas de prestação de serviços	<u>137</u>	<u>1.094</u>	<u>1.391</u>
Total	<u>51.914</u>	<u>86.150</u>	<u>121.381</u>

- (1) Referem-se aos serviços prestados aos fabricantes e concessionárias na concessão de crédito para operações de financiamento.
- (2) Referem-se aos serviços de agenciamento de seguros de máquinas e equipamentos provenientes dos financiamentos do Banco.

17 Despesas de pessoal

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com salários	(11.712)	(23.748)	(23.104)
Despesas com férias	(1.328)	(2.576)	(2.545)
Despesas com benefícios	(6.554)	(13.431)	(13.350)
Despesas com encargos sociais	(6.113)	(12.963)	(11.722)
Outras despesas	<u>(443)</u>	<u>(667)</u>	<u>(456)</u>
Total	<u>(26.150)</u>	<u>(53.385)</u>	<u>(51.177)</u>

18 Outras despesas administrativas

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com emolumentos judiciais, cartoriais e outros	(5.233)	(10.235)	(10.167)
Despesas de seguros	(2.292)	(4.267)	(4.009)
Despesas com serviços de terceiros, manutenção e conservação	(223)	(7.201)	(7.780)
Despesas de processamento de dados	(2.675)	(4.239)	(3.354)
Despesas com serviços técnicos especializados (1)	(24.837)	(65.169)	(15.205)
Despesas de comunicação	(1.177)	(2.497)	(2.348)
Despesas de promoções e relações públicas	(860)	(1.814)	(2.722)
Despesas de alugueis	(1.890)	(3.977)	(3.659)
Despesas de viagem no País e Exterior	(1.146)	(2.335)	(2.651)
Despesas de amortização e depreciação	(871)	(1.722)	(1.224)
Outras despesas administrativas	<u>(3.150)</u>	<u>(6.573)</u>	<u>(5.866)</u>
Total	<u>(44.354)</u>	<u>(110.029)</u>	<u>(58.985)</u>

- (1) Referem se a despesas com serviços de auditoria, consultoria e rateio de custos administrativos.

19 Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de seguro de máquinas e equipamentos (1)	2.895	5.281	5.715
Recuperação despesas	2.116	3.841	3.976
Reversão de provisões para passivos contingentes	1.282	7.072	5.624
Reversão de provisão outros passivos (2)	845	3.539	699
Rendas com variação monetária ativa	309	582	3.931
Outras rendas operacionais	28	335	117
Total	7.475	20.650	20.062

Outras despesas	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com variação monetária passiva	(614)	(911)	(532)
Despesas provisão outros valores e bens (3)	-	-	(1.060)
Despesas com provisões para passivos contingentes	(16.149)	(20.965)	(11.295)
Outras despesas operacionais	(4.841)	(5.777)	(1.696)
Total	(21.604)	(27.653)	(14.583)

- (1) Referem-se aos valores recuperados de clientes referentes a pagamentos de prêmio de seguros de máquinas e equipamentos em atraso.
- (2) Referem-se a reversão de provisões oriundas do contrato de garantia parcial de convênio de coobrigação (vide nota 24.b)
- (3) Referem-se à provisões para perdas com outros bens não de uso próprio.

20 Partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda, uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo do Rabobank International.

As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue:

Transações com a controladora indireta

De Lage Landen International B.V.

Ativo	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas antecipadas	-	-	4.954
Passivo			
Despesa de serviço técnico especializado		22.776	-
Resultado			
Despesa com operações de empréstimo e repasses	-	-	(3.763)
Despesa de serviço técnico especializado	(9.821)	(32.285)	(10.579)

Transações com outras partes relacionadas

Banco Rabobank International Brasil S.A.

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
Ativo			
Aplicação em operações compromissadas (Nota 4)		416.837	179.022
Aplicação em depósitos interfinanceiros (Nota 4)		130.238	105.653
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		3.464	16.657
Passivo			
Obrigações por empréstimos no País		474	557
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.120	47.671	23.885
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21.952	6.835	4.222
Despesas de depósitos interfinanceiros	-	-	(93)
Despesa de empréstimos no País	(101)	(52)	
Receitas de prestação de serviços	12	24	24

Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. “Rabobank Nederland”

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
Passivo			
Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 8)		133.701	-
Obrigações por repasses no exterior (Nota 9)		-	121.288
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado			
Despesas da intermediação financeira			
Operações de empréstimos e repasses	(23.271)	(28.289)	(22.194)

Transações com entidades com influência significativa sobre o Banco

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado:			
Receitas de prestação de serviços (1)	7.950	21.456	25.033

(1) Receita de operações subsidiadas com concessionários conveniados

Remuneração do pessoal-chave da administração

O Banco define como pessoal chave, membros da diretoria e gerência, que compõem os diversos comitês estratégicos, alinhados com o modelo de governança corporativa do Banco. Os valores destinados para essa responsabilidade estão definidos como remuneração fixa, a qual compõe os vencimentos contratuais individuais dos funcionários e remuneração variável a título de bonificação, substanciada por administração de performance, apurado anualmente. O Banco não mantém outro tipo de remuneração junto a seus colaboradores.

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Total pró-labore	389	694	775
Total salários	2.776	7.711	6.229
Remuneração variável	465	2.348	2.629
Contribuição INSS	53	118	137
Total	3.683	10.871	9.770

Outras informações

- a. O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
- b. Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho de administração, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

21 Limites operacionais

O Banco opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do BACEN, inclusive quanto a alterações posteriores.

Composição dos ativos ponderados	Basiléia III 2014	Basiléia III 2013
Total do ativo ponderado pelo risco (RWA)	4.002.714	4.790.554
Ajuste para derivativos (CVA)	4.230	15.253
Risco de mercado - Carteira Trading (RWACAM)	4.039	-
Total do ativo ponderado pelo risco (RWA e CVA))	4.010.983	4.805.807
Percentual de cálculo da Basiléia	11%	11%
Patrimônio líquido exigido para os ativos	441.209	528.639
Risco Operacional	29.213	25.527
Patrimônio líquido exigido	470.422	554.166
Patrimônio Referência	807.299	727.733
(-) Ativos diferidos	(4.852)	-
Patrimônio Referência ajustado nível I	802.447	727.733
Capital Principal	802.447	727.733
Parcela RBAN	1.587	2.661
Margem	330.439	170.906
Índice - Total	18,76%	14,45%

A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN.

Até setembro de 2013, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2013 os valores foram apurados conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN.

Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "alocação de capital mínimo exigido" de períodos anteriores, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco-RWA".

22 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
No início do semestre/exercício			
Disponibilidades	236	1.177	1.412
Aplicações interfinanceiras de liquidez	314.915	179.022	-
Total	315.151	180.199	1.412
No final do semestre/exercício			
Disponibilidades	443	443	1.177
Aplicações interfinanceiras de liquidez	416.837	416.837	179.022
Total	417.280	417.280	180.199

23 Estrutura de gerenciamento de risco

A Gestão de Risco é considerada uma atividade estratégica no Banco. A Área de Riscos é responsável pela divulgação, implementação e adoção das políticas, sob orientação da Diretoria e acompanhamento da área de Controles Internos. A implementação e aplicação dessas políticas se dá nas respectivas áreas executoras: Sendo a Área de Crédito para análise e concessão de crédito; Risco de Mercado e Liquidez pela Área Financeira e Risco Operacional em toda organização, monitorado e acompanhado pela Diretoria de Risco e Comitê Risco - LRC. O monitoramento é realizado através de relatórios gerenciais trimestrais preparados pelas Áreas de Risco e Financeira, os quais são apresentados à Diretoria com análise específica, comentários e recomendações elaboradas pela Área de Riscos sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos e os direcionamentos e ações propostas.

Os principais riscos relacionados às operações do Banco são risco de crédito, risco de mercado e risco operacional:

- **Risco de crédito:** decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução nº 2.682/99, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.
- **Risco operacional:** é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.
- **Risco de mercado:** é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com os dispositivos da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

Sua atual estrutura contempla um Diretor Estatutário eleito em Assembléia Geral, analista devidamente treinado e experiente no mercado além da Gerência de Crédito para acompanhamento e monitoramento de Risco de Crédito e Operacional, e da Diretoria Financeira para Risco de Mercado.

Preocupado com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco DLL instituiu uma política corporativa que versa sobre o Gerenciamento do Risco Operacional. A referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia III, ratificados no Brasil pelas Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 4.090/12 do CMN e dispositivos complementares.

O sistema de Gerenciamento de Risco Operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos.

Cabe a Área de Gestão de Riscos a responsabilidade pela gestão central do Risco Operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas a correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.bancodll.com.br

24 Outras informações

- a.** Despesas tributárias referem-se, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, no valor total de R\$ 1.146 no semestre e R\$ 2.201 no exercício de 2014 (R\$ 3.371 em 2013), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4% no valor total de R\$ 7.050 no semestre e R\$ 13.543 no exercício de 2014 (R\$ 14.588 em 2013), e ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% no valor total de R\$ 3.553 no semestre e R\$ 6.882 no exercício de 2014 (R\$ 8.481 em 2013).
- b.** O Banco firmou um contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação. As comissões estão registradas na rubrica “Receitas de Prestação de Serviço”. As parcelas honradas estão registradas na rubrica “Avais e fianças honradas” (vide Nota 6.a) e a provisão para perdas para estas parcelas, no valor de R\$2.966 (R\$ 2.334 em 2013) está registrada na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (vide Nota 6.a). O valor total das parcelas não honradas é de R\$4.530 (R\$ 10.523 em 2013). Para este saldo, registramos provisão de R\$ 2.228 (R\$ 3.485 em 2013), contabilizada na rubrica “Outros passivos contingentes” (vide Nota 11.b).

- c. Não houve perda de *impairment* reconhecida durante o exercício de 2014 e 2013.
- d. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus Colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 251 no semestre e R\$ 575 no exercício de 2014 (R\$ 720 em 31 de dezembro de 2013). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida.